

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Rádio Inconfidência e os ouvintes trabalhadores: Um olhar histórico sobre as práticas comunicativas e a constituição do senso comum através das ondas do rádio.

Resumo

Este artigo pretende, de maneira bem sucinta, apresentar alguns pontos da recente pesquisa realizada que resultou em tese de doutoramento em História Social cujo tema é a Rádio Inconfidência de Belo Horizonte, emissora criada em 1936 pelo governo de Minas Gerais e que é uma instituição importante neste Estado. Em um segundo momento do texto, iremos propor um caminho para se pensar o rádio no Brasil, a partir da articulação entre as emissoras e a sociedade, pensando-o como uma instância educadora, como um elemento responsável pela consolidação de poderes simbólicos e hegemonias discursivas, mas também como espaço para contra-hegemonias e para a sociabilidade dos ouvintes, vistos aqui como interlocutores das práticas comunicativas realizadas pelo rádio. Tem-se como ponto atravessador a noção de cultura popular, vista da perspectiva da história e na sua relação com o meio de comunicação eletrônico rádio.

A Rádio Inconfidência: breve relato da pesquisa

O presente texto é uma tentativa de revisitar uma pesquisa realizada recentemente sobre a *Rádio Inconfidência*, tanto para apresentá-la à comunidade acadêmica, como também para rever alguns pontos ou, melhor dizendo, para sistematizar eixos que considero agora, ficaram dispersos ao longo do trabalho e que estão sendo problematizados na continuação do processo de sua constituição, tendo ainda como ponto de partida essa emissora tão importante em Minas Gerais, mas caminhando para uma análise da sua relação com a sociedade e com as práticas de consumo do rádio durante o século XX.¹

Então o artigo tem, portanto, dois objetivos. De maneira bem simplificada, vamos apresentar os resultados da pesquisa, realizada para o doutoramento no curso de História, sobre a *Rádio Inconfidência*. O segundo objetivo é realizar uma reflexão posterior à pesquisa, no sentido de propor uma maneira de pensar as emissoras de rádio como

¹ CORREA, Luiz Otávio **Rádio Inconfidência, memórias e representações da nação: Mediações culturais em uma emissora estatal (1970-1991)**; Orientador: Juniele Rabelo de Almeida. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. 407 f. : il.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

instituições que se relacionam com a sociedade na formação de hegemonias, ora mediando conflitos, ora garantindo uma certa legitimidade ao senso comum. Gostaria de advertir que muitos pontos da pesquisa, bem como as conclusões atingidas, não estão presentes nesta breve intervenção a seguir, e que escolhemos alguns deles que poderão nos ajudar nesta nossa conversa sobre o rádio.

A *Rádio Inconfidência* de Belo Horizonte é uma rádio do Estado de Minas Gerais inaugurada em setembro de 1936 e que se mantém no ar por mais de 80 anos. Na pesquisa que realizamos, queríamos ver como a emissora foi apropriada e usada durante a sua trajetória, sendo essa de alcance nacional. Esse trabalho concentrava-se em uma conjuntura que considerávamos ainda muito pouco estudada, em que o rádio, como meio de comunicação, segmentou-se e foi afetado pelo aparecimento da televisão – nos anos 1970 e 1980.

Constatamos que a emissora, em alguns momentos, buscava uma autorrepresentação na qual essa se fundia ao que era ser mineiro, o que se traduzia no seu slogan desde a sua fase inicial: *A Voz de Minas*. À medida que a rádio foi ganhando potência nas décadas seguintes, a imagem da emissora passou a ser representada como “gigante”, como era na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek. O slogan deixou de ser, paulatinamente *A Voz de Minas* e passou a ser, hegemonicamente, *O Gigante do Ar*. Duas representações da identidade, cujos significados foram forjados em contextos específicos, mas usados de maneiras diversas, dependendo momento em que se inseria.

A rádio passou, nesse momento, a requerer ser uma concorrente da *Rádio Nacional* e atingir todo o território nacional, representando os valores de Minas Gerais e da cultura mineira. Permanecia, nessa mudança, a representação do estado como centro político do país e do próprio povo mineiro (e, em muitos momentos, a rádio voltava a usar a expressão *A Voz de Minas*), mas agora a emissora pretendia representar-se, também, como uma expressão da brasilidade por meio da potência de seus transmissores.

Durante a ditadura civil-militar, esse “gigantismo” da rádio, que era associado à potência e extensão da sua cobertura nacional, passou a se ligar também ao entusiasmo desenvolvimentista, tão presente nas campanhas publicitárias do governo federal na década de 1970 (FICO, 1997). Nesse período, a rádio foi chamada a colaborar para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

solucionar “a crise moral” que impedia o desenvolvimento pleno do país e o povo mineiro teria papel importante nessa construção do Brasil gigante. As nossas fontes indicaram que a *Rádio Inconfidência* se distanciou dos seus interlocutores ouvintes, afastando-se dos problemas da cidade para se tornar a porta-voz da “oficialidade,” representando um Brasil mais “feliz” e sem problemas. Essa opção da emissora a levou a uma crise nos anos de 1970, e a uma quase falência, além de rumores de que a emissora seria privatizada nos anos 1980.

Por outro lado, mesmo nos momentos mais duros da ditadura, a *Rádio Inconfidência* permitiu a presença de movimentos sociais na emissora, ora acomodados àquela nova situação, ora colaborando para o regime ou, ainda, construindo algum tipo de resistência aceitável no momento da abertura lenta e gradual.

Foi no contexto da redemocratização que foi inaugurada a emissora *Inconfidência FM*, chamada *Brasileiríssima*, após uma outra reorganização administrativa da rádio no final dos anos 1970 e da formulação do seu estatuto, quando a Inconfidência LTDA foi criada como uma empresa pública. O seu aparecimento denota um outro momento da rádio, bem como uma mudança no seu caráter, construindo uma divisão de trabalho, sendo a FM destinada mais à música, enquanto que a rádio AM pretendia ser ouvida por um público mais eclético, no sentido de que também era uma emissora de prestação de serviços, informações e esportes. Inaugurada em fevereiro de 1979, o desenvolvimento da rádio FM acompanhou o processo de redemocratização no Brasil, nas suas tensões e fragilidades. Em meio ao clima de esperança que tomou conta do país nos anos 1980, os meios de comunicação de massa, principalmente os eletrônicos (rádio e TV), passavam a ser vistos não apenas pela chave da manipulação e da reprodução social do capitalismo, mas também como dispositivos a serem apropriados que poderiam contribuir para as transformações na sociedade.

Tentamos demonstrar como a *Rádio Inconfidência*, principalmente a emissora FM nascida em 1979, transformou-se, naquele contexto, em um movimento de resistência cultural. Associamos a emissora ao movimento cultural Clube da Esquina que já havíamos pesquisado durante um outro momento.² A escolha da rádio, durante o processo de redemocratização dos anos 1980, por somente se dedicar à música brasileira na emissora

² Estamos nos referindo à dissertação de mestrado, na qual estudamos o movimento cultural Clube da Esquina.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Inconfidência FM, a “*Brasileiríssima*”, expressou uma reação à invasão cultural que se processava, advinda da mundialização da cultura que se delineava.

Finalmente, na segunda metade dos anos de 1980, o governo de Newton Cardoso, em Minas Gerais, promoveu uma mudança significativa na *Rádio Inconfidência*: o termo “*Brasileiríssima*”, adotado no momento da inauguração da emissora FM, foi substituído pelo slogan “*Popularíssima*.” Nesse momento, o governador tentou usar a rádio em um outro contexto, para aumentar seu poder político junto a seu eleitorado e novamente reestruturou as duas emissoras implementando uma nova programação, considerada mais popular, na pretensão de atingir um público mais amplo.

Portanto, de uma maneira geral discutimos os aspectos da construção da ideia de nacionalidade e da cultura regional, mediante representações constituídas ao longo da história da emissora, por meio de expressões como “*A Voz de Minas*”, “*O Gigante no Ar*”, “*Brasileiríssima*” e “*Popularíssima*”, refletindo sobre as ambivalências de uma rádio estatal no Brasil, discutindo o significado do público e do privado nos meios de comunicação, nos movimentos sociais (e culturais) e nos dilemas do processo de redemocratização no Brasil, até o momento da *Nova República*, no final dos anos 1980.

Em todo o trabalho, no entanto, perpassou a discussão sobre o que é o popular, tanto nas políticas culturais do governo como também na maneira como a rádio era representada e como ela própria se apresentava, ao reivindicar-se como um elemento da nacionalidade ou da mineiridade. A pesquisa demonstrou que a *Rádio Inconfidência* encontrou-se, em determinados momentos, em uma constante tensão que se relacionava à disputa pela memória do que deveria ser considerado como popular, tensão esta que se manifestava no pêndulo entre ser estatal e ser pública. Havia na Rádio Inconfidência uma pressão de grupos da sociedade para que se tornasse uma emissora pública, mas do ponto de vista institucional ela sempre foi estatal.

Escolhemos estudar a emissora observando as mudanças e as permanências nos próprios meios. Estudamos as relações que envolvem a produção da memória social, constituída por pessoas e personagens em determinadas situações e circunstâncias, mas vivida socialmente nas redes que envolvem os grupos. Queríamos saber se os elementos da representação da nacionalidade se manifestavam nas práticas e nas representações criadas por programas e transmissões realizadas pela *Rádio Inconfidência* e tentamos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entender se as mediações culturais promovidas poderiam ser reveladoras de uma disputa por uma hegemonia discursiva na emissora, a partir das relações que procuravam estabelecer formas de controle do poder simbólico em um espaço a ser disputado, dentro do Estado de Minas Gerais, por grupos de poder diversos e divergentes.

A *Rádio Inconfidência* não existe em si, como coisa. Como todas as instituições, ela se modificou através dos processos sociais, dependendo das relações e das circunstâncias em que se encontrava. Analisamos os contextos que vão determinar tipos diferentes de políticas culturais, bem como também se constituíram as várias *Rádios Inconfidências*, como definia a sua programação, a maneira como se aproximava da audiência e a própria noção do que a identidade social historicamente constituída.

Foi importante colher os relatos das pessoas que delas participaram de alguma forma. Esse exercício de memória realizado pelos interagentes de épocas diferentes da emissora nos permitiu ver aquilo que unia os discursos e as permanências que se manifestavam na escolha dos formatos dos programas. As entrevistas realizadas possibilitaram estabelecer ligações com o vivido, com o experimentado na emissora ao longo da sua história. A *Rádio Inconfidência* ajudou a organizar a memória nacional, mas memória, nesse trabalho, foi tratada como um espaço em disputa e o que deve ser lembrado também, bem como os costumes e o senso comum.

Os meios eletrônicos de comunicação são forjadores dos valores e das tradições, bem como também são geradores de outras práticas, numa dimensão amplificada. Neste aspecto, a *Rádio Inconfidência* contribuiu, dentro das limitações deste meio, para completar o processo de transição para a industrialização, modificando os modos de vida e cultura das pessoas e preparando-as para viver na urbanidade, tal como fizeram outras rádios na América Latina, como demonstrou Jesús Martín-Barbero(1997) na sua pesquisa sobre os meios de comunicação de massa. Havia na emissora uma dialética entre a modernidade e tradição, que se expressava nas práticas comunicativas cotidianas dos seus programas, em muitos momentos. Uma das maiores expressões da modernidade foi o “monumental” prédio da *Feira Permanente de Amostras*, onde funcionou a primeira *Rádio Inconfidência*.

A partir desta dialética nos interessou saber como a emissora estudada definia o que era cultura a partir do popular. A *Rádio Inconfidência* não foi, durante o tempo que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pesquisamos, uma rádio para as elites, apesar da presença da intelectualidade na emissora. Nela também estavam presentes sambistas, boêmios e personagens da cidade. Por ela também passaram movimentos sociais e culturais, sindicatos e sindicalistas, mesmo quando a rádio foi tomada pela ditadura civil-militar, como no caso do programa *FETAEMG no ar* que analisamos. No entanto, qual o significado da presença dos movimentos sociais dentro da *Rádio Inconfidência*, como falavam na emissora, quais os limites da construção política das suas falas na emissora?

Por uma história social do Rádio

Estudar as emissoras também é vê-las nas contradições internas e como as hegemonias são construídas e negociadas dentro das emissoras. Por isto é que propomos o estudo das relações dialéticas entre as emissoras e a sociedade, percebendo os conflitos e consensos que se estabelecem nas práticas comunicativas das emissoras. Por exemplo, pode-se pensar nas condições de fala de jornalistas nas instituições que, não necessariamente coadunam com a posição de poder dos conglomerados, em determinadas circunstâncias. Poderíamos ver, por outro lado, como os jornalistas são porta-vozes da fala das instituições, como proprietários, dirigentes e as redes que criam articulações de poder, formando um bloco histórico (GRAMSCI, 2017).

Então o historiador poderia tentar compreender o funcionamento das redes e dos processos ao longo da história, na relação das emissoras com a sociedade, nas negociações com os ouvintes, na construção das hegemonias e as contra-hegemonias, mediando sentidos e estabelecendo as circunstâncias das práxis dos radialistas, ao longo do tempo. Poderia se pensar nas estratégias de manutenção da coerência político-discursiva, como as falas são alocadas e controladas dentro das emissoras. Por exemplo, os estudos históricos sobre as rádios, na sua relação com as ideologias das elites, poderia pesquisar como os comunicadores, especialistas, locutores e repórteres falam nas rádios, quando são chamados a referendar e legitimar ações que são de interesse dos blocos históricos que se constituem no poder. Seriam eles intelectuais orgânicos falando em nome de uma classe ou da própria emissora?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No entanto é preciso dizer que o meio rádio é visto, de uma maneira geral, como uma arena de disputa, não um espaço para referendar as ideologias dominantes. É preciso pesquisar como se formam as resistências, como grupos podem apropriar de espaços de comunicação alternativos (WILLIAMS, 2011). Desta forma, seria interessante observar as práticas nas emissoras nas suas contradições, nas relações de poder e seus contrapontos, pensando no papel dos movimentos sociais, na pressão dos grupos da sociedade, na presença insistente das vozes divergentes e também da relação entre o que é considerado como cultural, na dicotomia entre o popular e o não-popular. Nesta arena são constituídos os modos de vida, as práticas e as representações da cultura.

Nossa pesquisa sobre a *Rádio Inconfidência* procurou demonstrar a relação do rádio com a sociedade, durante o processo de transformação ocasionado pela urbanização no Brasil, durante o século passado. Nessa emissora as festas religiosas, as comemorações e as festas populares recondicionaram as formas de sociabilidade e puderam redimensionar as formas de ritualização da vida, agora mediadas e distanciadas. Então as rádios fazem este trabalho de reconversão e transformação dos modos de vida, durante processos como estes que ocorreram no Brasil.

O desenvolvimento do rádio acompanhou a urbanização nos países desenvolvidos, tal como ocorreu nos países latino-americanos (POOL,1992; BARBERO,1997). Tanto nos países do primeiro-mundo quanto para o que foi chamado de terceiro-mundo o rádio acolhia os imigrantes que se acumulavam nas cidades que cresciam e que lançava no anonimato essas pessoas que antes estavam ligadas, através dos laços afetivos, às suas comunidades. Como nos diz Pool, “para esa gente, la rádio tenía que proporcionarles mucho de lo que a sua padres o abuelos les habían dado em las fiestas o férias del condado, em reuniones religiosas semanales, o em la sociabilidade y entretenimento casuales de la plaza del mercado” (POOL, 1992, p. 87).

Podemos como hipótese, problematizar o rádio como instância educadora na constituição de uma hegemonia de um determinado bloco histórico que está no poder (GRAMSCI, 2017) e não somente como uma prestadora de serviços à sociedade, isenta e acima das disputas entre os grupos de poder. Podemos supor que o rádio pode ter sido uma instância de poder simbólico que se colocava acima dos conflitos da sociedade civil

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(THOMPSON,1998). Pensando os meios de comunicação como meios de produção, Raymond Williams (2011, p.73) evitava pensar em termos de ideologia, pelo menos da maneira como fazia certas vertentes do estruturalismo, para inserir os processos comunicacionais em arenas de disputas que envolvem tanto a constituição das hegemonias, quanto as contra-hegemonias, nas várias formas de mediação que acontecem, e portanto superando perspectivas deterministas em relação aos meios de comunicação, bem como também tentando coloca-los como espaços a serem apropriados e não como instituições que necessariamente reproduzem as estruturas de poder.

As práticas comunicativas nas emissoras de rádio, que permitem as conversas entre os ouvintes e as emissoras, produzem um senso de realidade que, muitas das vezes se colocam como absolutos, naturais ou essenciais. Então poderíamos perguntar que significados foram constituídos através destas práticas em um determinado tempo, como se constituíram como uma realidade vivida, gerando um sentido socialmente constituído e aceito como tradicional.

Não é um sistema estático, tal como o meio rádio também não o foi durante os seus primeiros cem anos de existência, contados a partir da primeira emissora comercial.³ A cultura dominante se constrói nos processos históricos mais amplos e o rádio é parte constituinte desses, instituição que é. No exemplo que pesquisamos recentemente, não tem sentido falar de maneira essencializada da Rádio Inconfidência, se seu público-alvo era mais ou menos o de uma rádio popular, por exemplo, sem darmos uma dimensão histórica a esta afirmativa. Podemos falar sim de várias emissoras que, mesmo dirigida pelas elites intelectuais do estado de Minas Gerais na maioria das vezes, precisou negociar com a situação que se encontrava, em uma determinada condição histórica.

De uma maneira geral, como instituições de educação que são, os meios de comunicação cumprem, muitas vezes, o papel de reforçar sistemas de incorporação e transmissão de valores e do senso comum. Do copo em cima do rádio ou nas orações em várias emissoras às 18 horas (práticas religiosas midiaticizadas que se repetem há décadas em várias rádios brasileiras), bem como na representação do homem do campo e da brasilidade nos programas da primeira manhã que acordam o trabalhador rural ou urbano,

³ Estamos nos referindo à rádio Rádio KDKA da cidade de Pittsburg, que iniciou suas transmissões em 1920.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

valores são incorporados como se fossem do conjunto da sociedade. Uma “determinada tradição” se transforma “na tradição”, desejável por todos, um valor absoluto e essencial, hegemônico em uma determinada situação ou processo sociocultural e histórico, afinal.

Voltemos ao exemplo da Inconfidência que pesquisamos. A noção do que era a cultura ou o popular não se mostrou como algo fixo, se modificando da visão folclorista dos anos de 1950 para uma perspectiva da cultura popular nos anos de 1980. Neste processo, mantém-se uma dialética de mudança e permanência que, em Minas Gerais deste período tendeu a se acomodar nas hegemonias das classes dominantes, mas que mostrou, ao mesmo tempo, variações importantes na perspectiva do que era o popular. A noção de popular e de nacional são, portanto, construções históricas entremeadas pela questão de como os rearranjos, na composição dos grupos em disputa, se dão nos diferentes contextos.

A cultura popular e a Rádio Inconfidência

A forma oligopolista que os meios de comunicação e o rádio se compuseram no Brasil, poderia reforçar o argumento de que há uma hegemonia de classe constituída por um bloco de poder no país, constituída por grupos midiáticos, que podem ter se modificado ao longo dos contextos, mas que de maneira mais ampla formavam uma classe capitalista e que, mesmo em rádios estatais, na dialética entre a sociedade civil e sociedade política, são mais ou menos coesos na defesa de determinados valores. Nas rádios comerciais poderíamos observar as relações entre a publicidade e o mercado no controle da fala nas emissoras, na maneira como conduzem suas práticas comunicativas. Nas emissoras públicas e estatais estas relações dependem das condições e contextos históricos específicos e dos grupos políticos que instauram políticas culturais de interesses diversos. Seria interessante pensar como as rádios se colocavam como porta-vozes da sociedade, de toda sociedade como se quisessem eliminar os conflitos e também seria interessante pensar como os rádios se transformaram em espaços privilegiados para a ascensão de alguns políticos, como nossa pesquisa sobre a *Rádio Inconfidência* demonstrou, no período da *Nova República*, em meados dos anos de 1980, no Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mas gostaria de discutir daqui para frente uma outra questão importante para os historiadores: O significado do que é cultura popular. Na perspectiva dos estudos culturais e da História Social, vista a partir da cultura das classes subalternas, a cultura popular é uma construção histórica em uma determinada circunstância; uma construção social, marcada pelas relações materiais que permitem a criação de representações do que o povo, representações que são utilizadas e apropriadas por grupos (HALL, 2003; WILLIAMS, 2011; GRAMSCI, 2017; THOMPSON, 2012).

No que diz respeito à cultura popular no rádio, é através da sua característica principal, a oralidade, que se manifestam elementos da cultura popular, nos formatos dos seus programas, na maneira como os comunicadores dizem e também o quê dizem. O rádio não é uma mídia hegemônica há alguns décadas, mas continua sendo vital, até o tempo presente, um espaço constituidor do modo de vida, uma mediador importantíssimo na maneira como as pessoas constroem a sua experiência e se relacionam com o mundo, como orientaram as suas relações, ao ouvir o rádio, este que foi um “companheiro” de trabalhadores tanto nos seus locais de trabalho, quanto nos seus momentos de lazer, no transporte do trabalho para casa, nos carros, nas diversas práticas de escuta e nos usos decorrentes destas relações.

A hegemonia é uma situação onde as ideias e as práticas estão interligadas e onde um certo modo de viver e pensar se torna dominante. Então é uma certa ordem onde uma ideia de realidade é transmitida para sociedade, por exemplo, no nosso caso, através de sistemas eletrônicos como o rádio. A cultura é formada então por esta disputa por tipos de moralidades e gostos, sobre a música popular, sobre a arte, sobre a literatura, sobre os modos de vida urbano e rural, e etc, na tentativa de criar um equilíbrio capaz de fazer funcionar uma determinada sociedade, fazendo com que as classes subalternas aceitem as relações de dominação (THOMPSON, 2012, p.147). A ditadura de uma classe pode ser entendida, nesta perspectiva, não somente como um regime que impõe leis e normas de um grupo sobre o conjunto da sociedade, mas também uma dominação cultural que equilibra consensos e dissensos em uma determinada circunstância. A hegemonia se coloca como uma ditadura de classe.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

E é através do que é considerado como popular que uma nação se constrói, na relação das suas instituições educadoras, como é o rádio, e com o que considerado como povo. No que diz respeito à história desse meio, a definição do que o popular ou povo depende da construção hegemônica sobre o seu significado, do que é chamado de povo por um grupo que está nas emissoras, por exemplo. No estudo que realizamos sobre a *Rádio Inconfidência* esta noção variou segundo os vários contextos que analisamos. O povo brasileiro na emissora, no período da ditadura tinha uma conotação passiva. Nos anos de 1980, a chamada *Brasileiríssima*, a emissora FM da Rádio Inconfidência, foi buscar numa definição de povo e de cultura, os argumentos para se posicionar a favor da redemocratização do Brasil, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Pensar na cultura popular é pensar também nas relações de sociabilidade geradas pelos espaços que as emissoras ocupavam nas cidades. Também como exemplo, a *Rádio Inconfidência* fez parte da vida dos cidadãos de Belo Horizonte e de outras cidades mineiras, transmitindo as festas populares, como os festejos de São João, as festas religiosas, concentrando as comemorações das vitórias da seleção nacional de futebol em época de copa do mundo, etc. Também é procurar pensar nas sensações e sentimentos dos moradores das cidades do interior que vinham para as grandes, como turistas, para frequentar os auditórios, se emocionando com as canções; Ou ainda nos sentidos dados pelas pessoas ao pedir músicas nas rádios, ao receber uma canção dedicada por outra pessoa, ou ouvir uma carta ser lida para outras milhares de pessoas e saber que as conversas irão continuar nas ruas, por aqueles que ouviram a carta ser lida nas emissoras.

Parte do que se solidificou nas relações centrais da hegemonia, na modernidade do século XX, foram as sensações que as instituições de propagação das mensagens ajudaram a constituir. Não somente elas, pois as outras permanecem como muito importantes, como a escola e a igreja, por exemplo. Mas estas também foram afetadas, não de maneira determinista por certo, mas foram. Não fosse isto, as igrejas não teriam se redescoberto no rádio naquele século, o que ainda merece ser estudado com mais cuidado. O que as instituições religiosas descobriram a partir de meados dele é que a oralidade companheira do rádio era capaz de amplificar o sentimento de pertencimento e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de compartilhamento da comunidade, que dá todo sentido à religiosidade. Não por acaso que o rádio é muito vivo ainda hoje nas rádios cristãs brasileiras.

Reforçamos então que a cultura popular não existe em si, mas nas condições em que ela é constituída, e nas relações em que ela se situa: “O que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela (HALL, 2003, p. 258). As tradições não se fixam em determinada situação e podem ser apropriadas e ressignificadas por grupos sociais diferentes, às vezes por classes antagônicas. A noção do que era música popular na Rádio *Inconfidência FM* que estudamos recentemente, se construía em uma tensão constante do que era considerado como popular, como uma questão em disputa. Vista desta maneira a cultura popular não pode ser pensada de maneira essencializada e, por isto, é problemático dizer que uma rádio é mais ou menos popular, sem a situarmos em um condição histórica, analisando as práticas comunicativas que a envolviam em um determinado tempo.

Da mesma forma, continuando na linha que pensava Stuart Hall, também é problemática a noção a-histórica de “povo”. Quando um jornalista, em uma rádio, diz que está falando em nome da população, ele o faz de tal maneira que sua perspectiva se torna uma perspectiva geral, o que poderia ocultar uma pretensão discursiva de interesses de classes e grupos de poder. Falar em nome de um ‘povo’ ou de uma ‘tradição’ significa criar laços com uma identificação coletiva, tomar para si os motivos de uma comunidade, mas também pode revelar uma vontade de conduzir este processo, na construção do comum, no normal, no ordinário da hegemonia. Pesquisar as situações em que estes processos se deram nas emissoras seria então interessante.

Considerações finais

Como dissemos parte substantiva da tese não foi contemplada neste texto por razões óbvias. Uma avaliação crítica do seu processo de construção tem sido motivo de uma nova perspectiva, que reforçam os argumentos centrais da tese, mas o colocam em um outro lugar do ponto vista teórico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A meu ver era necessário dizer, de maneira mais clara, que o ponto central na análise da história do rádio é o processo de transformação de um discurso de um grupo ou classe social em um elemento universal, como se fosse o de toda a coletividade que faz parte de uma comunidade de sentido. De maneira que quando a Rádio Inconfidência se coloca como *A Voz de Minas*, ela realiza esta prática de se colocar como uma instituição organizadora de um modo de vida, de um senso comum. Da mesma forma, e em um outro contexto, quando ela se chama de *Brasileiríssima*, por uma outra chave, ela se colocava como uma rádio de resistência, como uma alternativa ao sistema de distribuição de bens simbólicos das grandes gravadoras, que naquele momento significava a invasão da música da discoteca, no final dos anos de 1970, alimentando e reforçando o nosso argumento de que a cultura é um espaço em disputa, tal como a própria noção do que o popular o é.

Logicamente todo este processo não se dá sem conflito, pois é uma dialética que se faz nas tensões do processos históricos, na negociação do que o popular e do que “para o povo”, a partir da perspectiva daqueles que realizam as ações, nos meios de comunicação e a partir da maneira como são constituídos os modos de distribuição dos bens simbólicos, nas indústrias culturais de cada tempo.

Edward P. Thompson, (2012) ao estudar a função dos sinos e do relógio, como mediadores educacionais da reorientação do cotidiano dos trabalhadores, abriu uma porta para compreensão no papel do rádio na constituição do cotidiano e do senso comum. O sinal da hora-certa nas emissoras e nos programas para acordar os trabalhadores, podem ser estudados nesta chave, sendo índices importantes da reorganização do capitalismo periférico, nos países que passaram por mudanças rápidas no século passado, como ocorreu com alguns da América Latina, como no Brasil. Como hipótese, o rádio pode ter sido um elemento importante na consolidação das transformações ocorridas com o processo de industrialização, como os relógios e os sinos da Inglaterra das décadas anteriores.

Uma história social do rádio poderia ver a constituição das práticas na emissora na sua relação com o cotidiano dos trabalhadores, partindo destes que levavam seus receptores para o trabalho, ouviam as notícias nos ônibus e nos estádios de futebol.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Poderíamos ver o rádio a partir dos ouvintes que carregam seus receptores, cada vez menores e baratos no século XX, mas na sua relação dialética com as instâncias da produção industrial de bens simbólicos que caracterizou o século XX, demonstrando como se formaram as relações de hegemonia na sociedade civil, como foram gerados os consensos nas disputas pela apropriação do poder simbólico que este meio eletrônico, através da sua linguagem, proporcionou para as classes dominantes, na sua relação com as subalternas.

Poderíamos propor um outro caminho, o de olhar as rádios pela ótica dos seus ouvintes, o rádio como companheiro no transporte público, distraindo e fazendo passar o tempo nas roças, regulando o tempo do almoço; acompanhando as trabalhadoras domésticas nas casas das patroas, mediando a vida das donas de casa nos vários mundos do trabalho. Ver o rádio, afinal, pelo olhar dos de baixo.

REFERÊNCIAS

CORREA, Luiz Otávio **Rádio Inconfidência, memórias e representações da nação: Mediações culturais em uma emissora estatal (1970-1991)**. Orientador: Juniele Rabelo de Almeida. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. 407 f. : il.

CORREA, Luiz Otávio. **Clube da Esquina e Belo Horizonte: Romantismo revolucionário em uma cidade de formação ambígua**. Orientador: Lucília de Almeida Delgado. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades, PUC-Minas, Belo Horizonte, 2002.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LUGUORI, Guido; VOZA, Pascale. **Dicionário Gramsciano, 1926-1937**. Trad. Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTÍN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997. p. 248.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

POOL, Ithiel de Sola. Discursos y sonidos de largo Alcance. *In: **Historia de la comunicacion: de la imprenta a nuestros dias.*** Raymond Willians(org.) Vol. 2. Barcelona: Bosch casa editorial. 1992.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 2º. Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

THOMPSON, J. B. **Mídia e modernidade.** Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo.** Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.